

Casa nova, vida nova? Percepção dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida

New house, new life? Perception of beneficiaries of the Minha Casa Minha Vida Program

Kelmara Mendes Vieira,¹
Luana dos Santos Fraga,²
Samia Mercado Alvarenga³

RESUMO

O estudo analisa, sob a ótica dos beneficiários, o Programa Minha Casa Minha Vida na cidade de Santa Maria, um município de médio porte do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram utilizadas análise descritiva, fatorial confirmatória e regressão. Os resultados indicam que os pontos mais positivos do programa são a satisfação com a casa, a boa relação com os vizinhos, acesso ao transporte público e localização da casa na cidade. Todavia os aspectos com uma pior visão são a demora para ir e voltar do trabalho, a falta de trabalho social no bairro após entrega das casas, e a inexistência de instituições de saúde pública perto das residências. Quanto às influências do Programa na Satisfação com a Vida identificou-se que a satisfação com a casa, com a localização e a melhoria da vida no geral exercem influência positiva enquanto que os problemas de violência no bairro, e as dummies dependentes e estado civil impactam negativamente. Por fim, ao se avaliar aspectos como a localização e estrutura das habitações bem como o acesso a diversos serviços, como transporte, saúde, educação e outros, depreende-se que, apesar do Programa representar um avanço na política habitacional brasileira, ainda reforça a segregação espacial das camadas mais carentes as quais dele usufruem, logo, é necessário seu aprimoramento no intuito de representar inclusão social.

Palavras-chave: Programa Minha Casa Minha Vida. Satisfação com o PMCMV. Satisfação com a Vida

ABSTRACT

From the perspective of the beneficiaries, the study analyzes the Minha Casa Minha Vida Program in the city of Santa Maria, a medium-sized municipality in Rio Grande do Sul. Descriptive, confirmatory factor analysis and regression were used for this purpose. The results indicate that the most positive aspects of the program are satisfaction with the home, a good relationship with neighbors, access to public transport and the location of the house in the city. The health and lack of work, the lack of social work in the neighborhood after the delivery of houses, and the inexistence of health institutions are approaching the residences. Regarding the Program's influences on Satisfaction with Life as a satisfaction with the home, with the improvement of non-general life exerting positive influence while the problems of violence in the neighborhood, and how dependent dummies and marital status impact negatively. Finally, when assessing aspects such as housing location and structure, as well as access to various services, such as transportation, health, education and others, it appears that, despite the Program representing an advance in Brazilian housing policy, it still reinforces spatial segregation of the most deprived layers that

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Maria. Bolsista de Produtividade CNPq. E-mail: kelmara.vieira@ufsm.br

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da PUCRS. E-mail: luana.fraga92@gmail.com

³ Doutoranda em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). E-mail: samia_alvarenga@hotmail.com

benefit from it, therefore, its improvement is necessary in order to represent social inclusion.

Keywords: My Home My Life Program. Satisfaction with PMCMV. Satisfaction with Life.

1. Introdução

O processo de industrialização e urbanização ocorrido no Brasil provocou descompasso entre o crescimento da população urbana e a capacidade de instalação de infraestrutura necessária por parte do Estado, para atender às necessidades da população (Ramos e Noia, 2016). A taxa de urbanização nacional passou de 31,3% em 1940, para 44,67% em 1960, 67,59% em 1980, atingindo 81,23% em 2000 e, finalmente, 84,36% em 2010 (IBGE, 2010). Este crescimento acelerado levou à falta de condições adequadas de habitação para a toda a população, gerando problemas como segregação espacial, carência de moradias, escassez de serviços de infraestrutura, de acesso a oportunidades de emprego e a ocupação de áreas de risco legalmente protegidas (Morais, 2002).

Por outro lado, ao longo dos anos tem-se reconhecido que moradia é uma necessidade básica de todo ser humano, e faz de cada família, independente da renda, uma demandante em potencial do bem habitação, e que esquemas de financiamento de longo prazo aos indivíduos de baixa renda poderiam ajudar a diminuir o deficit habitacional e melhorar a vida da população (Ramos e Noia, 2016). Assim, a soma destes fatores contribuiu para que em 2009, fosse implantado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual se tornou destaque da política habitacional do país, e tem como principais objetivos atender às necessidades de habitação da população com diferentes níveis de renda; gerar empregos através de novos investimentos na construção civil; combater o déficit habitacional; impulsionar a economia e proporcionar oportunidades de desenvolvimento para o país (CEF, 2015a).

Destaca-se que para atender as diferentes classes de renda foram criadas três faixas de financiamento com base em valores da renda mensal familiar. A Faixa 1, com elevados subsídios, para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00; a Faixa 2, com subsídios diretos à demanda, e redução de taxas de juros, para famílias com renda mensal de até R\$ 3.275,00 e a Faixa 3, que criou condições favoráveis de acesso ao imóvel para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (SNH/MCidades, 2014). Além dos aspectos positivos para o país, o PMCMV contribui no sentido de que a habitação, como bem econômico e social, afeta indiretamente vários aspectos do desenvolvimento do país, relacionados à saúde, segurança, educação, além de promover a ampliação das liberdades dos indivíduos (D'Amico, 2011).

A provisão de habitação, principalmente para a população de baixa renda, garante o acesso a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infraestrutura urbana adequados, representando um aspecto fundamental das políticas públicas (Morais, 2002). Entende-se assim que uma das finalidades do PMCMV é o aumento da qualidade de vida e bem-estar das famílias beneficiadas. Nesse sentido, identificar a Satisfação com a Vida (SV), descrita por Diener, Lucas e Oishi (2002) como o sentimento positivo percebido pelos indivíduos ao pensarem sobre sua vida de modo geral, englobando aspectos como saúde, trabalho, condições de moradia, relações sociais, é uma das maneiras de analisar a eficiência do Programa.

Assim, este estudo analisa o PMCMV sob a percepção dos beneficiários na cidade de Santa Maria- RS, considerando as Faixas de Financiamento do Programa. Como objetivos específicos têm-se: i) verificar se comparativamente à moradia anterior, as condições de vida melhoraram ou pioraram; ii) identificar a satisfação com o Programa, a partir de aspectos como estrutura do imóvel, acesso a serviços públicos e

transporte, e localização; iii) analisar a satisfação com a vida dos beneficiários e iv) avaliar o impacto do PMCMV na satisfação com a vida dos beneficiários.

Esta pesquisa inova ao analisar se o PMCMV sob diferentes aspectos que são inerentes e consequentes a mudança por uma casa adquirida através do PMCMV. Além disso, o estudo realiza a análise mostrando os resultados separando a faixa de financiamento 1, das faixas 2 e 3 e identificando aspectos que podem ser melhorados em cada uma. Ainda, mensura a satisfação com a vida dos beneficiários do PMCMV. Salienta-se que estudos existentes discutem questões mais relacionadas aos problemas estruturais de moradia, urbanização e agentes envolvidos (Cunha, 2014; Chiarelli, 2014; Krause, Balbim e Lima Neto, 2013; Moura, 2014; D'Amico, 2011); evolução dos Programas habitacionais brasileiros e os aspectos positivos e negativos do PMCMV (Ramos e Noia, 2016; Cunha, 2012) impactos econômicos (Shimizu, 2010); ou ainda a satisfação dos beneficiários apenas da Faixa 1 com o Programa (Moreira e Silveira, 2015; SNH/MCidades, 2014; Cunha, 2012).

O entendimento da percepção dos beneficiários pode trazer benefícios a governantes, no que remete à sugestão de mudanças e aprimoramentos, dado que após a implementação de um programa de cunho social de tamanha importância, é importante verificar seus efeitos. No âmbito das políticas públicas a análise e a avaliação de resultados são essenciais para a sociedade, uma vez que a demanda é crescente e os recursos escassos (Moreira e Silveira, 2015).

2. Programa Minha Casa Minha Vida, satisfação com A vida

A maneira como os indivíduos encaram e percebem os acontecimentos que ocorrem no seu dia-a-dia, o seu nível de entusiasmo, prazer, descontentamento ou sofrimento estão relacionados ao quão satisfeito (a) eles estão com as suas vidas. Diener, Lucas e Oishi (2002) afirmam que a Satisfação com a Vida está ligada ao “contentamento que alguém percebe quando pensa sobre sua vida de modo geral” e atribuem o significado do termo a percepção positiva ou negativa de um indivíduo em relação aos acontecimentos de sua vida.

A avaliação da SV reflete as expressões de cada pessoa quanto a seus próprios critérios do que é satisfatório e se refere a aspectos da vida como um todo e em domínios específicos, como saúde, trabalho, condições de moradia, relações sociais e outros (Giacomoni, 2004). Quanto aos fatores que podem impactar na SV, estar envolvido em atividades interessantes tanto no trabalho quanto com a família, estar sem problemas de saúde, ter boas condições financeiras e ser realizado são considerados como colaboradores na busca de maior SV (Diener, 2000).

A moradia também tem contribuição relevante, pois Shimizu (2010) observou que as características e estrutura das moradias, objeto principal do PMCMV, assim como o transporte, serviços públicos, espaços de lazer são causadores da SV das famílias beneficiárias do Programa. O estudo do SNH/MCidades (2014), confirma essa influência ao apontar as consequências de empreendimentos do PMCMV para o bem-estar dos moradores, que perceberam uma melhoria das condições de vida depois de possuírem a casa própria.

Nesse sentido, a criação do Programa, através da Medida Provisória nº 459/2009, convertida na Lei nº 11.977, partiu da premissa de que o acesso à moradia regular é condição básica para todos os indivíduos, inclusive os pertencentes a famílias de baixa renda, para que assim possam superar suas vulnerabilidades sociais e alcançar a efetiva inclusão na sociedade brasileira. Contudo, para que isso seja possível, torna-se essencial o acesso ao financiamento habitacional para famílias que não têm capacidade de poupança, exigindo condições especiais e subsidiadas pelo governo (Shimizu, 2010).

O Programa estabelece parcerias entre o Governo Federal, Estados, Municípios e iniciativa privada, sendo que para aprovação, os projetos passam pela análise da Caixa Econômica Federal (CEF) que avalia se no

entorno dos empreendimentos existem os equipamentos sociais essenciais, como escolas, creches, postos de saúde e postos policiais, e se esses são suficientes para atender à nova demanda. Caso não existam, verifica-se junto à prefeitura se disponibilidade para a implantação e disposição do poder público municipal para mantê-los depois de concluídos. Existindo terreno e interesse da prefeitura, a União disponibiliza recursos para sua construção (CEF, 2015e).

Outra condição para aprovação e enquadramento dos empreendimentos no Programa é a contratação de soluções para infraestrutura, como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, pavimentação, energia elétrica, iluminação pública e coleta de resíduos sólidos. Na área do empreendimento, essas soluções são financiáveis com recursos do Programa, o que contribui para tornar viáveis empreendimentos mesmo em municípios com pouca capacidade de investimento em infraestrutura urbana (CEF, 2015e).

Quanto ao acesso à casa própria, para que indivíduos de diferentes classes de renda fosse atendido, foram criadas inicialmente três faixas de financiamento, de acordo com o salário mínimo. Contudo, ao longo dos anos foram ocorrendo atualizações nas faixas de renda passando para valores absolutos, em vez de salários. Até fevereiro de 2016 o Programa era dividido em 3 faixas de renda (1, 2 e 3), porém em março houveram alterações, em que foi criada mais uma faixa de renda (1,5) e os valores limites alterados. Em fevereiro de 2017, o governo amplia novamente as faixas para atender famílias com renda de até R\$9.000,00. Salienta-se, que para esse trabalho, as faixas de renda foram consideradas conforme as regras válidas até fevereiro de 2016.

Para e famílias com renda de até R\$ 1.600,00 (faixa 1), a indicação e a seleção das famílias são realizadas pelo município ou governo do estado. Para tanto, as famílias não podem possuir imóvel e nem ter recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. O Manual do PMCMV (CEF, 2015a) indica que os parâmetros de priorização e as condições e procedimentos para a seleção dos candidatos, devem observar os seguintes critérios nacionais: famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; com mulheres responsáveis pela unidade familiar; de que façam parte pessoas com deficiência.

Os recursos do Programa provêm do orçamento do Ministério das Cidades e são repassados para a CEF, que é o agente operacional do Programa. O prazo de amortização da dívida era fixado em 120 meses, onde o valor bruto da prestação correspondia ao valor do financiamento dividido por 120 e o valor líquido da prestação a ser paga pelos beneficiários correspondia a 5% da renda bruta familiar mensal ou R\$ 25,00, o que for maior, o restante era subsidiado pelo Programa (CEF, 2015a).

As famílias com renda entre R\$ 1.600,01 e R\$ 3.275,00 mensais pertenciam a Faixa 2 do PMCMV, a qual tinha subsídio e juros reduzidos, já as famílias com renda entre R\$ 3.275,01 e R\$ 5.000,00 pertenciam a Faixa 3 e tem apenas juros reduzidos. Para a construção dos imóveis, o financiamento é realizado com os recursos do FGTS. Os subsídios a serem concedidos nos financiamentos às pessoas físicas podem ser para fins de cobertura da remuneração do Agente Financeiro, com a redução no valor das prestações, ou para fins de pagamento de parte da aquisição ou construção do imóvel. É concedido pelo FGTS um desconto na taxa de juros mensal dos financiamentos de beneficiários dentro dos limites de renda estabelecidos. O desconto relativo ao diferencial de juros é calculado com base no fluxo teórico do financiamento pelo prazo da operação, e concedido de acordo com o tipo do imóvel e a renda familiar do proponente, variando entre 5 e 7,16% a.a.(CEF, 2015c).

O desconto (subsídio complemento), concedido uma única vez, por ocasião da celebração do contrato de financiamento, tinha seu valor levado a débito do FGTS. O desconto era concedido apenas nos casos de financiamentos destinados a famílias com rendimento mensal bruto limitado a R\$ 3.275,00. O valor máximo de desconto era de R\$ 25.000,00, calculado de acordo com a renda do beneficiário, regiões do território nacional e grupos de modalidades operacionais.

3. Panorama de estudos sobre o programa

Analisando os avanços da política habitacional brasileira, Ramos e Noia (2016) verificaram que o PMCMV se diferenciou das propostas anteriores, pois historicamente as políticas habitacionais não atingiram de forma eficaz a classe mais necessitada, mas, com o PMCMV, essa realidade começou a ser transformada. De forma similar, Cunha (2012) salienta que entre os pontos de superação em relação às políticas anteriores, está a atenção dada às famílias inseridas na faixa de renda entre 0 e 3 salários mínimos.

Buscando compreender o significado do PMCMV do ponto de vista do problema estrutural da moradia popular no Brasil, Cunha (2014) realizou um estudo no município de São José do Rio Preto. O autor sugeriu que os arranjos institucionais e privados estabelecidos no PMCMV acabam sendo determinantes para a configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da reforma urbana e da democratização das cidades.

Outros estudos sobre o PMCMV, como o de Chiarelli (2014) na cidade de Pelotas –RS e Moura (2014) na região metropolitana de Natal, verificaram o mau posicionamento do Programa em relação à questão urbanística, deixando margem para situações de localizações de conjuntos muito distantes da área central, dificultando o acesso ao trabalho, educação, saúde e transporte, prejudicando a qualidade de vida e possibilidades de bem-estar dos residentes. Krause, Balbim e Lima Neto (2013) revelaram que o PMCMV vai formando/configurando seu espaço, não se contrapondo à geografia que explica o processo de urbanização brasileiro, de assentamento dos mais pobres em periferias distantes, com o ônus individual de conseguir os demais meios de reprodução da vida.

Com o objetivo central de construir indicadores de desempenho a partir da percepção dos beneficiários, Moreira e Silveira (2015) realizaram uma pesquisa no primeiro conjunto habitacional de Viçosa- MG. Os resultados dos indicadores adequação ao uso, qualidade da construção e conforto ambiental mostraram satisfação regular, enquanto a segurança teve satisfação geral baixa, e o de qualidade da infraestrutura urbana do conjunto apresentou nível de satisfação moderado-alto. Os resultados em relação à viabilização do entorno evidenciaram que a infraestrutura é pouco adequada e não lhes proporciona facilidade em acessar aos principais serviços ofertados pela cidade.

A Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SNH/MCidades, 2014) desenvolveu um estudo com o intuito de avaliar a percepção dos beneficiários da Faixa 1 do PMCMV de diversas cidades do país. No aspecto relativo a áreas de lazer, o nível de satisfação se mostrou baixo, todavia, com relação à vizinhança, os beneficiários mostraram-se satisfeitos. Apesar das percepções de insegurança, os beneficiários apontaram estar satisfeitos com o entorno de sua moradia. A satisfação com a disponibilidade de postos de saúde, pronto atendimento, creches e escolas nas proximidades dos empreendimentos foram baixas, mostrando certo descompasso na resposta dos governos locais e estaduais na instalação de serviços próximos às áreas dos empreendimentos.

Foi também verificado, grande distância dos empreendimentos da Faixa 1 do PMCMV aos centros das cidades, tornando elevado o tempo de deslocamento entre as moradias e a escola ou o trabalho. Contudo, indicou-se que há oferta de serviços de transportes, sugerindo que a demora é consequência mais da distância dos empreendimentos aos centros do que da falta de transportes. Porém, apesar da distância os beneficiários se mostraram relativamente satisfeitos com a localização da moradia. Desse modo, as avaliações de cunho subjetivo quanto à propriedade e à moradia digna bem constituída, parecem prevalecer sobre as deficiências percebidas com relação à inserção urbana (SNH/MCidades, 2014).

Também no sentido de verificar o grau de satisfação, Cunha (2012) em um residencial em Parnamirim- RN e verificou um nível elevado de satisfação com o local de moradia atual, em relação a onde se morava

anteriormente, como em relação a aspectos do próprio condomínio, do apartamento e do bairro no qual está inserido. Contudo, o autor relata que esta satisfação está relacionada intrinsecamente ao “sonho da casa própria”. O principal problema está relacionado à distância da oferta de serviços sociais. Percebeu-se também que alguns pontos têm sido negligenciados pelo município, como o serviço de assistência social, na medida em que o município não dispõe de recursos humanos suficientes para realizar o acompanhamento das famílias após a entrega das chaves.

4. Método

O estudo caracteriza-se como exploratório de cunho quantitativo, a partir da estratégia de pesquisa survey. A população alvo compreendeu os beneficiários do PMCMV, residentes na cidade de Santa Maria, que em 2015 eram de 6.292 indivíduos, sendo que 1912 pertenciam a Faixa 1, 4010 a Faixa 2 e 370 a Faixa 3. Para o processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 4,2%, com 95% de confiança, totalizando uma amostra de 501 instrumentos, aplicados em 8 condomínios diferentes, sendo que 3 pertencem a Faixa 1 do Programa e 5 as Faixas 2 e 3.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado contendo 31 questões divididas em quatro blocos. O primeiro foi composto por questões referentes a faixa de financiamento e perfil. O segundo, com 7 questões, buscou avaliar a satisfação dos entrevistados com o PMCMV, considerando o local e a residência que moravam antes e a atual. O terceiro bloco de perguntas refere-se à Satisfação com o PMCMV no geral e foi composto de 11 questões, as quais foram estruturadas partir da adaptação de questões já aplicadas por SNH/MCidades (2014), enquanto que o quarto bloco de questões buscou avaliar a satisfação de vida dos beneficiários, sendo utilizada a escala desenvolvida por Diener e colaboradores (1985) a qual foi adaptada e validada para adultos e adolescentes brasileiros por Zanon e colaboradores (2013), formada por 5 questões.

As questões utilizadas nos blocos 2, 3 e 4 possuem uma escala do tipo likert de cinco pontos, em que quanto maior for o nível de concordância, maior a satisfação. Inicialmente foi realizado pré-teste, com o intuito de verificar se a semântica e os questionamentos estavam coerentes com o contexto social das pessoas entrevistadas. Os questionários foram aplicados de forma aleatória, nos condomínios, por meio de contato direto com pessoas dispostas a participar da pesquisa.

A análise de dados foi realizada em duas fases: a estatística descritiva e a multivariada. Devido às diferenças no financiamento e nas características em geral, segundo as faixas de renda, para verificar a satisfação com o PMCMV, na análise descritiva a amostra foi dividida em dois grupos: beneficiários da Faixa 1 e beneficiários das Faixas 2 e 3. Com o objetivo de validação do construto Satisfação com a Vida, foi utilizada a Análise Fatorial Confirmatória. Nesse contexto Byrne (2013) considera necessária a análise de diversos índices de ajustamento, de forma a avaliar a adequabilidade do modelo proposto aos dados da amostra. Para realização dessa pesquisa, a validade do modelo de mensuração foi avaliada por meio da verificação da validade convergente, da confiabilidade e da unidimensionalidade de cada construto, seguindo recomendação de Hair e colaboradores (2010).

A validade convergente de cada construto foi analisada pela observação da magnitude e da significância estatística dos coeficientes padronizados e pelos índices de ajustes absolutos: estatística qui-quadrado (χ^2), root mean square residual (RMR), root mean square error of approximation (RMSEA), goodness-of-fit index (GFI) e índices de ajuste comparativos: comparative fit index (CFI), normed fit index (NFI), tucker-lewis index (TLI). Não há um consenso na literatura sobre valores aceitáveis para esses índices, contudo sugere-se que para o qui-quadrado/graus de liberdade devem variar de menores que dois até menores que cinco. Para

CFI, GFI, NFI e TLI consideram-se valores maiores que 0,95, e o RMR e o RMSEA devem ficar abaixo de 0,05 e 0,08, respectivamente (Hooper, Coughlan e Mullen, 2008).

Para mensurar a confiabilidade dos construtos utilizou-se o índice de confiabilidade e o Alpha de Cronbach, em que valores superiores a 0,6 têm sido considerados aceitáveis para pesquisas de natureza exploratória. A verificação da unidimensionalidade do construto foi realizada mediante a avaliação dos resíduos padronizados, sendo que valores absolutos menores que 2,58 não sugerem problema (Hair et al., 2010). Além disso, o modelo foi estimado utilizando processo de estimação direta.

A partir do modelo validado, foi formado o construto para a etapa seguinte da análise. Para formação do construto foram utilizados os coeficientes padronizados identificados para cada uma das variáveis no modelo validado. Assim, ponderou-se o impacto de cada uma das questões na formação do construto, através da soma das variáveis multiplicadas pelos seus respectivos pesos.

Por fim, aplicou-se a análise de regressão com o intuito de verificar a influência de aspectos inerentes ao PMCMV, como a satisfação com a casa, relação com os vizinhos, problema de violência no bairro, existência de áreas de lazer para as crianças brincarem, pessoas fazendo trabalho social, existência de instituições de saúde pública e escola pública próximo a residência, demora para ir e voltar do trabalho, acesso ao transporte público, gasto com transportes, localização da casa na cidade, além das variáveis de perfil sobre a satisfação com a vida. Para tanto, algumas variáveis foram recodificadas em binárias: dummy gênero (0=homem e 1=mulher), dummy estado civil (casado=0 e solteiro/viúvo/separado=1), dummy dependentes (não possui=0 e possui=1), dummy escolaridade (curso técnico/ensino superior/pós-graduação=0 e até ensino médio=1), dummy faixa de financiamento (Faixa 1=0 e Faixas 2 e 3=1) e dummy vida no geral após mudança para a nova moradia (piorou ou continuou igual=0 e melhorou=1).

Após a estimação da regressão, foi calculado o coeficiente de determinação múltiplo e analisados os pressupostos do modelo. A premissa de multicolineariedade das variáveis foi verificada mediante Fator de Inflação (VIF), sendo que até 1 indica ausência de multicolineariedade, de 1 a 10 com multicolinearidade aceitável e acima de 10 com multicolinearidade problemática. A autocorrelação serial foi testada, através do teste de Durbin Watson, em que valores próximos a 2 representam ausência de correlação. Para verificar a normalidade do erro, foi realizado o teste Kolmogorov-Smirnov sob a hipótese nula de que a distribuição da série testada é normal e o objetivo é aceitar a hipótese nula, que ocorre sempre que o valor de significância for maior que 0,05. Para testar a homocedasticidade, realizou-se o teste de Pesarán-Pesarán, a fim de verificar se a variância do resíduo mantém-se constante (sig. > 0,05) (Corrar; Paulo e Dias, 2009).

5. Resultados e discussões

A pesquisa foi realizada com 155 beneficiários da Faixa 1 residentes nos condomínios: Videiras, Dom Ivo Lorscheiter, Zilda Arns e com 346 beneficiários das Faixas 2 e 3 dos condomínios: Moradas Clube, Moradas, Arco Verde, Aruba, Novara e Grezzana. Na Tabela 01 é apresentado o perfil desses respondentes.

Tabela 1- Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, estado civil, dependentes, escolaridade e ocupação.

Variáveis	Alternativas	Percentual	
		Faixa 1	Faixas 2 e 3
Idade*	Até 29 anos	20,0	28,0
	De 30 a 36 anos	20,0	29,2
	De 37 a 48 anos	23,9	26,0
	Acima de 48 anos	36,1	16,8
Gênero	Masculino	16,1	38,2
	Feminino	83,9	61,8
Estado Civil	Casado(a)	51,6	66,4
	Solteiro(a)	26,5	24,3
	Viúvo(a)	7,7	2,6
	Separado(a)	14,2	6,7
Possui dependentes	Não	28,5	54,4
	Sim	71,5	45,6
Nível de escolaridade	Nunca estudei.	3,3	0,3
	Ensino Fundamental.	57,2	9,2
	Ensino Médio.	34,9	42,9
	Curso Técnico.	1,3	10,1
	Faculdade (Ensino Superior).	3,3	28,4
	Especialização ou MBA.	-	4,9
	Mestrado/Doutorado/Pós-Doutorado.	-	4,1
Ocupação	Assalariado com carteira de trabalho assinada.	31,2	53,2
	Assalariado sem carteira de trabalho	2,6	1,2
	Funcionário Público.	1,9	11,0
	Autônomo regular.	9,7	11,6
	Empresário.	1,3	3,8
	Free-lance/Bico.	5,2	2,6
	Dona de casa.	11,7	4,0
	Só aposentado.	15,6	4,3
	Só estudante.	0,6	1,4
	Desempregado	11,6	4,0
	Outra.	8,4	2,9

Fonte: Autores (2017). *A idade foi recodificada, e dividida em quatro classes, a partir dos quartis identificados.

Entre os beneficiários da Faixa 1, a maioria possui 37 ou mais anos de idade, é do gênero feminino, casadas (os), possuem dependentes e cursaram até o ensino fundamental. Quanto à ocupação, os maiores percentuais foram identificados nas opções: assalariada (o) com carteira de trabalho assinada, só aposentada (a), dona (o) de casa e desempregado. Quanto aqueles pertencentes às Faixas 2 e 3, a maioria tem até 36 anos, é do gênero feminino, não possui dependentes e são casados(as). Tratando-se da escolaridade, a maior parte possui ensino médio, contudo, um elevado percentual concluiu o ensino superior. A maioria é assalariado(a) com carteira de trabalho assinada. Percebe-se assim, que as maiores diferenças entre os beneficiários dos dois grupos, é a idade, o fato de possuírem ou não dependentes e o nível de escolaridade. Dando sequência a investigação, apresenta-se a Tabela 02, que revela se a vida dos beneficiários melhorou ou piorou depois da mudança.

Tabela 2- Estatística descritiva da Satisfação com o PMCMV- o antes e depois.

Depois que recebeu a casa do Programa Minha Casa Minha Vida:	Percentuais					
	Piorou		Continua igual		Melhorou	
	Faixa 1	Faixas 2 e 3	Faixa 1	Faixas 2 e 3	Faixa 1	Faixas 2 e 3
A sua vida no geral...	8,4	3,2	8,4	13,9	83,2	82,9
A sua vida financeira...	22,6	15,6	29,0	33,2	48,4	51,2
A sua relação com a vizinhança...	8,5	6,1	38,6	52,2	52,9	41,7
O acesso a instituições públicas de saúde...	68,8	51,6	11,0	37,2	20,1	11,2
O acesso a transporte coletivo...	54,8	58,5	12,9	23,7	32,3	17,8
O acesso à escola pública...	45,5	24,5	29,9	66,4	24,7	9,1
O tempo gasto com locomoção...	66,5	67,5	18,1	15,7	15,5	16,8

Fonte: Autores (2017).

Identifica-se que dentre os beneficiários da Faixa 1, os aspectos que remetem a uma maior melhora na vida depois da mudança para a nova casa são os referentes a vida no geral e a relação com a vizinhança (maioria afirmou que a vida melhorou nos dois respectivamente). A maior parte dos entrevistados também relatou que a vida financeira melhorou. Quanto às características que tiveram piora depois da mudança estão o tempo gasto com locomoção, o acesso a instituições públicas de saúde e ao transporte público (sendo que a maioria relatou piora nesses aspectos). Um alto percentual declarou que também houve uma piora no acesso a escola pública.

Para os beneficiários das Faixas 2 e 3, os aspectos mais positivos são a vida no geral e a vida financeira ter melhorado. A maioria, assim como aqueles da Faixa 1, acreditam que o tempo gasto com locomoção, o acesso ao transporte coletivo e a instituições públicas de saúde também pioraram depois da mudança para a nova casa. Destaca-se ainda, que a maioria dos respondentes afirmou que o acesso à escola pública e a relação com a vizinhança continuam igual.

Entende-se que o fato da vida no geral ter melhorado para a grande maioria, de ambos os grupos estudados, se deve muitas vezes, como já foi colocado por Cunha (2012) a realização do “sonho da casa própria”, pois para muitos, principalmente aqueles com menor renda esse era um objetivo inatingível antes das políticas habitacionais. Tem-se ainda, que de acordo com Diener, Lucas e Oishi (2002), condições de moradia adequadas são um dos aspectos que leva a um sentimento positivo na vida dos indivíduos.

Quanto a percepção de melhora na vida financeira, para aqueles que gastavam com o aluguel, agora o custo com o pagamento do imóvel próprio, é menor, apenas 5% da renda para os beneficiários da Faixa 1 e cerca de 30% para os das Faixas 2 e 3. Assim, com um menor gasto com moradia, tendem a sobrar mais recursos para que outras necessidades sejam atendidas. A piora em relação ao tempo de locomoção, ao acesso ao transporte coletivo e a instituições de saúde pública, ratifica o que já foi evidenciado nas pesquisas de Chiarelli (2014), Krause, Balbim e Lima Neto (2013) Moreira e Silveira (2015) e SNH/MCidades (2014), de que muitos dos empreendimentos são construídos em locais distantes do centro do município e de equipamentos sociais importantes. Na Tabela 3, apresenta-se a satisfação com o Programa, levando-se em consideração a situação atual dos beneficiários.

Tabela 3- Estatística descritiva da Satisfação com o PMCMV.

Variáveis	Percentuais					
	Discordo**		Indiferente		Concordo***	
	Faixa 1	Faixas 2 e 3	Faixa 1	Faixas 2 e 3	Faixa 1	Faixas 2 e 3
Você está muito satisfeito com a casa.	7,1	8,7	0,0	2,9	92,9	88,4
A relação com os vizinhos é muito boa.	7,1	4,3	23,9	12,2	69,0	83,5
No bairro tem muito problema de violência.*	20,8	81,8	7,8	5,5	71,4	12,7
Perto de casa tem áreas de lazer para as crianças brincarem.	65,8	18,5	3,2	4,0	31,0	77,5
No bairro tem gente fazendo trabalho social.	53,5	57,8	8,4	23,1	38,1	19,1
Perto da sua casa tem instituições de saúde pública.	61,3	59,5	1,9	14,5	36,8	26,0
É muito difícil conseguir uma vaga numa escola pública próxima.*	23,2	12,2	34,8	73,0	41,9	14,8
Você demora muito tempo para ir e voltar do trabalho.*	18,8	32,9	27,9	12,1	53,2	54,9
Perto da sua casa, é fácil o acesso ao transporte público.	17,4	25,7	3,9	11,8	78,7	62,4
Na nova casa, você passou a gastar muito mais com transportes.*	16,2	23,1	33,8	12,1	50,0	64,7
Você está muito satisfeito com a localização da sua casa na cidade.	21,3	19,2	5,2	2,9	73,5	77,9

Fonte: Autores (2017). *Questões invertidas, quanto menor a concordância maior a satisfação com o Programa. **Para fins de apresentaram do resultado, optou-se por juntar os percentuais de “Discordo Totalmente com “Discordo” e “Concordo Totalmente” com “Concordo”.

Quanto aos aspectos mais positivos, tem-se que a maioria dos beneficiários da Faixa 1, quanto os das Faixas 2 e 3, estão satisfeitos com a casa; concordam que a relação com os vizinhos é muito boa; que perto de casa é fácil o acesso ao transporte público, e que estão muito satisfeitos com a localização da casa na cidade.

Quanto a satisfação com a casa, retoma-se a ideia da realização do sonho da casa própria, e ainda que entre os beneficiários da Faixa 1, muitos viviam em locais de risco ou insalubres ou que não tinham um abrigo adequado, sendo estes um dos parâmetros de priorização para seleção das famílias. Logo, ter uma moradia com condições adequadas, leva a altos percentuais de satisfação. Quanto aos beneficiários das Faixas 2 e 3, apesar de possuírem maior renda, o Programa se tornou uma oportunidade de obtenção da casa própria com a utilização do FGTS e com juros reduzidos, o que facilita a compra.

Tratando-se da relação com os vizinhos, os beneficiários de menor renda estão satisfeitos, corroborando o que já foi encontrado na pesquisa do SNH/MCidades (2014). Na presente pesquisa, não houve discrepância entre os grupos, sendo que os beneficiários das faixas 2 e 3 também se sentem satisfeitos com a vizinhança. Indo ao encontro do que foi colocado por Moura (2014), em relação à dificuldade de acesso ao transporte, a maioria afirma que é fácil o acesso ao transporte público, todavia, existe uma reclamação quando a quantidade de linhas de ônibus e a consequente demora para conseguir pegar o transporte e se deslocar até o trabalho. Contrariando as pesquisas de Chiarelli (2014) e Moura (2014) e corroborando com o que já foi identificado pelo SNH/MCidades (2014), os beneficiários de ambas as faixas, apesar de terem afirmado que na nova moradia aumentou o tempo de locomoção para o trabalho, estão satisfeitos com a localização da casa.

Quanto aos aspectos com uma pior visão por ambos os grupos de beneficiários, identificou-se que a maioria acredita que demora pra ir e voltar do trabalho, discorda da existência de pessoas fazendo algum tipo de trabalho social no bairro após entrega das casas, e de instituições de saúde pública perto das residências. No que concerne a demora pra ir e voltar do trabalho, isso se deve a distância dos empreendimentos do centros das cidades, em que na maior parte deles os indivíduos necessitam de algum meio de transporte para o deslocamento, o que acontece em grande parte dos empreendimentos, o que já foi colocado por Chiarelli (2014) e Krause, Balbim e Lima Neto (2013). Além disso, a maioria dos beneficiários relatou que passaram a gastar muito mais com transportes na nova casa. Possivelmente o problema da distância e demora até o trabalho, torna-se menos importante quando comparado às avaliações de cunho subjetivo de se ter uma moradia digna, em bairro urbanizado, o que explica a satisfação com a localização das residências na cidade (SNH/MCidades, 2014).

Em relação à existência de trabalho social após entrega das residências, no que se refere aos condomínios da Faixa 1, Cunha (2012) ao pesquisar um residencial em Parnamirim- RN, verificou situação semelhante a de Santa Maria, a de que esse serviço se mostra muito deficiente, pois não existe realização de acompanhamento das famílias após a entrega das chaves. No que se refere às Faixas 2 e 3, sabe-se que não existe acompanhamento social depois da compra de um imóvel, logo o percentual de descordo ou indiferente, totalizou mais de 80%.

A falta de instituições de saúde pública, principalmente para os beneficiários da Faixa 1, é um problema que vem sendo detectado em diferentes pesquisas com o PMCMV, como a de Chiarelli (2014), Moreira e Silveira (2015) e SNH/MCidades (2014) e que vai contra ao que é estabelecido pelas normas do Programa, de que para serem construídos os empreendimentos, é necessário a existência de serviços sociais essenciais, como escolas, creches, postos de saúde e postos policiais, suficientes para atender à nova demanda (CEF, 2015e).

Mais especificadamente, em relação a problemas de violência no bairro, a maioria dos beneficiários da Faixa 1 concordou com a afirmação, assim como discordaram que existe áreas de lazer para as crianças perto de casa, indo de encontro aos resultados encontrados no estudo de SNH/MCidades (2014). Quanto à áreas de lazer, muitos respondentes declararam que foi construído junto ao condomínio, mas que com poucos meses de uso foi destruída por vândalos, o que alinha-se a falta de segurança sentida pelos beneficiários.

Contrariamente, os respondentes das Faixas 2 e 3, em sua maioria discordaram que no bairro existem muitos problemas de violência e concordaram que existem área de lazer para as crianças brincarem. Evidencia-se assim que na cidade de Santa Maria, os condomínios da Faixa 2 e 3 são localizados em locais que geram maior sensação de segurança e maiores opções de lazer aos moradores.

Tabela 4- Estatística descritiva do construto Satisfação com a Vida.

Variáveis	Percentuais									
	Discordo totalmente		Discordo		Indiferente		Concordo		Concordo totalmente	
	Fx 1	Fx 2 e 3	Fx 1	Fx 2 e 3	Fx 1	Fx 2 e 3	Fx 1	Fx 2 e 3	Fx 1	Fx 2 e 3
A sua vida está próxima do seu ideal.	9,21	4,34	33,55	24,28	4,61	4,05	40,13	52,89	12,50	14,45
Suas condições de vida são excelentes.	8,50	2,89	30,72	27,17	11,76	5,49	37,25	50,58	11,76	13,87
Você está satisfeito com a sua vida.	5,84	1,16	14,29	7,54	3,90	2,32	57,14	68,70	18,83	20,29
Até agora você tem conseguido as coisas importantes que quer na vida.	6,45	0,87	10,32	5,22	1,94	0,29	49,03	64,64	32,26	28,99
Se você pudesse viver a sua vida de novo, não mudaria quase nada.	29,03	11,27	22,58	21,68	4,52	3,76	22,58	44,22	21,29	19,08

Fonte: Autores (2017).

No geral, os beneficiários da Faixa 1 apresentaram menores percentuais de concordo e concordo totalmente com as afirmações, do que os das Faixas 2 e 3, indicando que apresentam menor percepção de satisfação com a vida. Todavia, em todas as questões, os beneficiários da Faixa 1 refletem estarem mais satisfeitos do que insatisfeitos com a vida, pois a maior parte concordou ou concordou totalmente com as afirmações.

As questões que obtiveram maiores percentuais de concordância para ambos os grupos estudados foram: "Até agora você tem conseguido as coisas importantes que quer na vida" e "Você está satisfeito com a sua vida". Infere-se que o fato de se ter adquirido a casa própria está entre as coisas importantes que se quer na vida pra maioria dos indivíduos, contribuindo assim para uma ampla concordância. De acordo com Giacomoni (2004), a Satisfação com a Vida pode mudar de pessoa para pessoa, mas se refere a aspectos da vida como um todo e em domínios específicos, incluindo condições de moradia. No mesmo sentido, o estudo da SNH/MCidades (2014) confirmou a influência positiva do PMCMV no bem-estar dos moradores.

O aspecto que apresentou a pior percepção para os dois grupos foram em relação à questão "Se você pudesse viver sua vida de novo, não mudaria quase nada", sendo que entre os beneficiários da Faixa 1 a maioria discordou totalmente ou discordou da afirmação e entre os da Faixas 2 e 3, apesar de apresentarem maior percentual de concordância, esse foi o menor entre todas as questões apresentadas. Após a análise descritiva partiu-se para a etapa de validação do construto Satisfação com a Vida. A Tabela 5 resume os resultados do modelo.

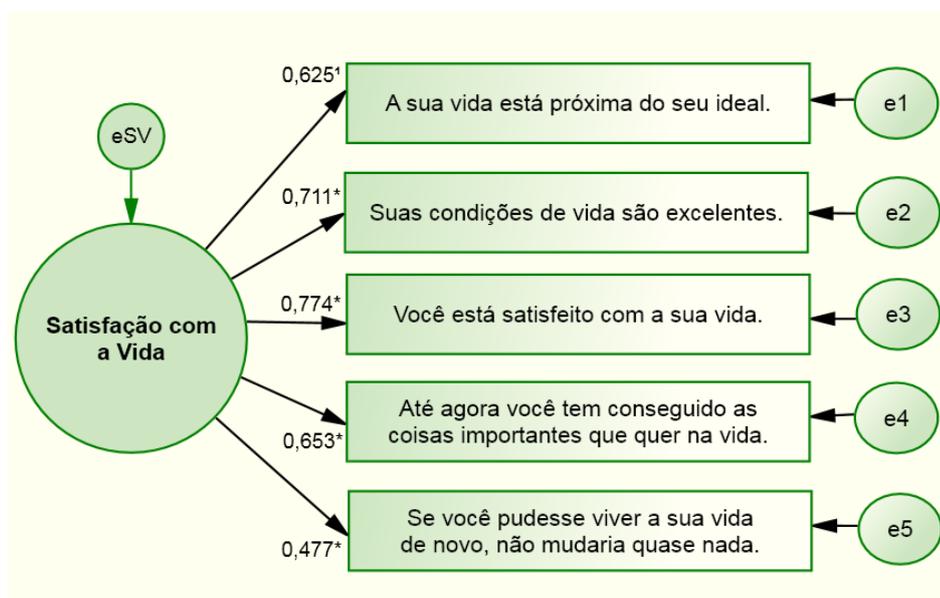
Tabela 5- Índices de ajuste do construto Satisfação com a Vida.

Índices de ajuste	Satisfação com a Vida
Número de variáveis	05
Qui-quadrado (valor)	7,599
Qui-quadrado (probabilidade)	0,180
Graus de Liberdade	5
Qui-quadrado/Graus de Liberdade	1,520
GFI	0,994
CFI	0,996
NFI	0,988
TLI	0,992
RMR	0,028
RMSEA	0,032
Índice de Confiabilidade	0,786
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,760

Fonte: Autores (2017).

Os índices de ajuste do modelo inicial apresentam valores dentro dos padrões pré-estabelecidos, pois a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é inferior ao valor três, os índices de ajuste GFI, CFI, NFI e TLI são superiores ao valor mínimo de 0,95 e os índices RMR e RMSEA são inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. Além disso, os índices de confiabilidade e Alfa de Cronbach mostraram-se superiores a 0,6. Assim, o modelo se mostrou adequado, não necessitando de ajustes.

Figura 1- Modelo de mensuração com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação com a Vida.



Fonte: Autores (2017). Nota: * $p < 0,01$. ¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Analisando o perfil do construto verificou-se que as variáveis que mais impactaram na SV foram “Você está satisfeito com a sua vida, “Suas condições de vida são excelentes” e “Até agora você tem conseguido as coisas importantes que quer na vida”. Na sequência formado o construto a partir das médias ponderadas das variáveis que os compõem, sendo que a ponderação foi realizada considerando o coeficiente padronizado de cada variável na validação do construto. A média do construto, considerando que pode variar entre 1 e 5, é de 3,63, demonstrando um nível de médio a alto de SV dos respondentes. Mais especificamente, a média dos beneficiários da Faixa 1 foi de 3,42 e dos das Faixas 2 e 3 de 3,72, demonstrando uma maior satisfação com a vida dos beneficiários das Faixas 2 e 3, pois ficou mais próximo do 4. Na etapa final, realizou-se uma regressão múltipla com estimação por Mínimos Quadrados Ordinários e o método Stepwise (Tabela 6).

Tabela 6- Resultados da regressão múltipla para a Satisfação com a Vida.

Variáveis	Coeficientes Padronizados	Teste t		VIF
		Valor	Sig	
No bairro tem muito problema de violência.	-0,175	-4,010	0,000*	1,068
Você está muito satisfeito com a casa.	0,152	3,459	0,001*	1,086
Você está muito satisfeito com a localização da sua casa na cidade.	0,120	2,767	0,006*	1,057
<i>Dummy</i> possuir dependentes	-0,195	-4,478	0,000*	1,066
<i>Dummy</i> estado civil	-0,133	-3,063	0,002*	1,065
<i>Dummy</i> vida no geral após PMCMV	0,107	2,480	0,013**	1,057

Fonte: Dados da pesquisa. * e ** representam nível de significância estatística a 1% e 5% respectivamente.

O resultado apresenta seis variáveis independentes significativas, com um R² ajustado de 0,154, ou seja, 15,4% da variável dependente é explicada pelas variáveis independentes. A significância do teste F (valor 15,424 e sig. 0,000) indica que pelo menos uma das variáveis independentes exerce influência sobre a variável dependente, sendo o modelo significativo.

Quanto aos pressupostos do modelo, observou-se que: (i) o modelo não apresenta problemas de multicolinearidade, dado que os VIFs ficaram próximos a 1; (ii) não há autocorrelação serial, uma vez que o valor do teste de Durbin Watson (2,008) ficou próximo de 2; (iii) os resíduos possuem distribuição normal, uma vez que o teste Kolmogorov-Smirnov não foi significativo (sig. 0,305) e (iv) os resíduos são homocedásticos, pois o teste Pesaran-Pesaran não foi significativo (sig. 0,120).

Analisando-se os coeficientes constatou-se que as variáveis: “Você está muito satisfeito com a casa”, “Você está muito satisfeito com a localização da sua casa na cidade” e a *dummy* vida no geral após PMCMV (em que 1 representa melhora na vida) exercem influência positiva na satisfação com a vida dos beneficiários. Todavia, “No bairro tem muito problema de violência”, *dummy* dependentes (em que 1 representa possuir dependentes) e *dummy* estado civil (em que 1 representa estar solteiro/viúvo/separado) impactam negativamente na satisfação com a vida.

Dentre as variáveis estudadas, as que mais impactam na satisfação com a vida dos moradores de casas adquiridas pelo PMCMV são: *dummy* dependentes, no bairro tem muito problema de violência e você está muito satisfeito com a casa. Infere-se que o resultado negativo da *dummy* dependentes, está atrelado ao fato de que se ter filhos ou menores na família acaba por gerar uma responsabilidade e uma consequente

preocupação no sentido de que sejam atendidas as necessidades da família, o que pode impactar na SV. Além disso, para as famílias com filhos, problemas como a falta de escola e postos de saúde próximos à residência tornam-se mais significativos.

Quanto ao fato de se estar satisfeito com a casa, enfatiza-se o que a pesquisa do SNH/MCidades (2014) e Shimizu (2010) já colocaram, de que a moradia também tem contribuição relevante na satisfação com a vida e bem-estar das famílias beneficiárias. A terceira variável com maior impacto, sendo este negativo na SV, aborda o problema de violência no bairro, o que acaba por dar sensação de menor segurança aos moradores e muitas vezes os restringindo de levar a vida que consideram satisfatória. Inevitavelmente, a percepção de insegurança decorrente dos problemas de violência acabam por piorar a qualidade geral da vida dos beneficiários, especialmente naqueles residentes nas moradias da Faixa 1, onde as percepções de violência foram mais significativas.

As variáveis referentes à satisfação com a casa, relação com os vizinhos, existência de áreas de lazer para as crianças brincarem, pessoas fazendo trabalho social, existência de instituições de saúde pública e escola pública próximo a residência, demora para ir e voltar do trabalho, acesso ao transporte público, gasto com transportes, localização da casa na cidade, dummy gênero, dummy estado civil, dummy dependentes, dummy escolaridade e dummy faixa de financiamento não mostraram-se significativas para a satisfação de vida dos beneficiários.

Considerações finais

Políticas públicas habitacionais, como o PMCMV, caracterizam-se por exigirem altos investimentos governamentais, apresentarem implicações de longo prazo na vida dos beneficiários e alterarem permanentemente o contexto das cidades. Assim, avaliar a eficiência de programas desta amplitude, implica num olhar multidimensional. Neste trabalho, o foco principal foi a dimensão do beneficiário, ou seja, a sua percepção do Programa, bem como dos seus impactos na Satisfação com a Vida. Ainda, ao se avaliar aspectos como a localização e estrutura das habitações bem como o acesso a diversos serviços, como transporte, saúde, educação e outros, apresenta-se uma análise da dimensão estrutural, ou seja do seu impacto na gestão da cidade.

De maneira geral, em ambas as faixas, os resultados apontaram para uma satisfação dos beneficiários com as casas e com a sua localização no espaço da cidade. Entretanto, há uma grande insatisfação com a prestação de serviços sociais e a falta de instituições de saúde próximas. No sistema de transporte, observa-se que o problema não está na oferta dos meios de transporte, mas sim no tempo e recursos gastos com a locomoção.

As maiores diferenças de percepção entre as faixas foram verificadas para áreas de lazer, com grande satisfação nas faixas 2 e 3 e insatisfação na faixa 1, e os problemas de violência com alta percepção na faixa 1 e baixa percepção nas faixas 2 e 3. Destaca-se que a maioria dos empreendimentos da faixa 1, foram construídos em áreas mais isoladas da cidade enquanto os da faixa 2 e 3, foram construídas em áreas de maior densidade populacional e conseqüentemente, que já possuíam uma melhor estrutura de lazer e de segurança.

Quanto aos impactos do PMCMV na Satisfação com a Vida observou-se que a satisfação com a casa, com a sua localização e a melhoria da vida no geral, impactam positivamente. Tais resultados corroboram com os argumentos de que a solução de problemas habitacionais acaba por melhorar significativamente outros aspectos subjetivos, como a sensação de bem estar e a ampliação da satisfação com a vida (SNH/MCidades, 2014).

Do ponto de vista municipal parece haver um dilema em termos de gestão do programa, pois ao disponibilizarem espaços mais afastados, e geralmente menos valorizados, para a construção das moradias, os municípios acabam por gerar a necessidade de investimentos em outras áreas como transporte, construção de novos postos de saúde, escolas, creches e outros. Por outro lado, a construção dos empreendimentos nas áreas mais valorizadas acaba por reduzir os demais custos. Neste contexto, não se pode ainda esquecer de que, como cidadãos, todos deveriam ter direitos iguais à ocupação dos espaços da cidade.

Avançar na eficiência gerencial do PMCMV, exige do governo, além dos esforços de ampliação do acesso ao programa pelos beneficiários, como a estratégia de ampliação da faixa limite recentemente implementada, a discussão dos espaços a serem ocupados. Mais do que a conquista de uma moradia, o programa precisa representar a inclusão do indivíduo num contexto de vida na cidade, ou seja, possa usufruir de todos os benefícios da vida urbana em iguais condições com os demais cidadãos.

Por fim, como sugestões para pesquisas futuras tem-se a ampliação da amostra, estudando a percepção de beneficiários de outras cidades, além do estudo de questões de gestão financeira e avaliação da inadimplência, que se encontra no patamar de 20% entre os beneficiários da Faixa 1.

Referências

Byrne, B. M. (2010). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Routledge.

Caixa Econômica Federal (CEF, 2015a). *Manual do Programa Minha Casa Minha Vida- Entidades Recursos FDS, 2015*. Recuperado em 20 de outubro de 2015, de http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-minha-casa-minha-vida/MANUAL_MCMV_ENTIDADES.pdf

_____. (CEF, 2015b). *Caixa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida, 2015*. Recuperado em 28 de dezembro de 2015, de: <http://mcmv.caixa.gov.br/minha-casa-minha-vida/>

_____. (CEF, 2015c). *Carta de crédito FGTS imóvel na planta associativo, 2015*. Recuperado em 29 de dezembro de 2015, de: http://www.caixa.gov.br/Downloads/habitacao-documentos-gerais/Carta_de_Credito_FGTS_E_OUTROS.pdf

_____. (CEF, 2015d). *Poder Público, 2015*. Recuperado em 30 de dezembro de 2015, de <http://www.caixa.gov.br/poder-publico/Programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida-entidades/Paginas/default.aspx>.

_____. (CEF, 2015e). *Caixa de Olho na Qualidade Minha Casa Minha Vida. Perguntas e respostas, 2015*. Recuperado em 30 de dezembro de 2015, de <http://mcmv.caixa.gov.br/perguntas-e-respostas/>

Chiarelli, L. M. Á. (2014). *Habitação social em Pelotas (1987–2010): influências das políticas públicas na promoção de conjuntos habitacionais*. CORRAR, Luiz J.; PAULO, Edilson; DIAS, José M. F. *Análise multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia*. São Paulo: Atlas, 2009.

Cunha, G. R. D. (2014). *O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto/SP: estado, mercado, planejamento urbano e habitação (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo)*.

Cunha, S. (2012). *Programa" Minha Casa, Minha Vida. Parnamirim-RN: uma avaliação de impacto a partir da satisfação dos moradores do residencial Iderval Medeiros*.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

- Damico, F. (2011). O Programa Minha Casa, Minha Vida e a Caixa Econômica Federal. Costa, Juliana Camargos, et al. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 33-54.
- Diener, E. (2000). Subjective well-being: The science of happiness and a proposal for a national index. *American Psychologist*, 55(1), 34.
- Diener, E.; Lucas, R.; Oishi, S. (2002). Subjective well-being. *Handbook of positive psychology*, p. 63-73.
- Diener, E. D., Emmons, R. A., Larsen, R. J., & Griffin, S. (1985). The satisfaction with life scale. *Journal of personality assessment*, 49(1), 71-75.
- Giacomoni, C. H. (2004). Bem-estar subjetivo: em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia*, 12(1), 43-50.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2010). *Multivariate data analysis*.
- Hooper, D., Coughlan, J., & Mullen, M. (2008). *Structural equation modelling: Guidelines for determining model fit*.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010) Séries históricas e estatísticas. Taxa de urbanização nacional (1940-2010). Recuperado em 13 de janeiro de 2016, de <http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP122>
- Krause, C., Balbim, R., & Neto, V. C. L. (2013). Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional? (No. 1853). Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Morais, M. D. P. (2002). Breve diagnóstico sobre o quadro atual da habitação no Brasil.
- Moreira, V. S., & Silveira, S. D. F. R. (2015). Indicadores de desempenho do Programa Minha Casa, Minha Vida: avaliação com base na satisfação dos beneficiários. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 20(66).
- Moura, J. M. (2014). Programa Minha Casa, Minha Vida na Região Metropolitana de Natal: uma análise espacial dos padrões de segregação e desterritorialização. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 6(3), 339-359.
- Ramos, J. S., & Noia, A. C. (2016). A construção de políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional no Brasil: uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida. *Desenvolvimento em Questão*, 14(33).
- Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades (SNH/MCidades). (2014) Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida. Recuperado em 10 de outubro de 2015, de <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3298/1/Pesquisa%20de%20satisfa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20benefici%C3%A1rios%20do%20Programa%20Minha%20Casa%20Minha%20Vida.pdf>
- Shimizu, J. Y. (2010). *Projeção de impactos econômicos do Programa Minha Casa, Minha Vida: uma abordagem de equilíbrio geral computável*. 2010 (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Economia) –Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG).
- Zanon, C., Bardagi, M. P., Layous, K., & Hutz, C. S. (2013). Validation of the Satisfaction with Life Scale to Brazilians: Evidences of measurement noninvariance across Brazil and US. *Social Indicators Research*, 119(1), 443-453.